

7. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E CAMINHOS PARA SUA ERRADICAÇÃO NA ASSISTÊNCIA AO PARTO

OBSTETRIC VIOLENCE AND WAYS TO ERADICATE IT IN CHILDBIRTH CARE

EIXO TEMÁTICO: Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento

Ana Beatriz Alvarenga Schafer

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Gama - DF

Daiane Cristina Muller

Graduanda em Enfermagem Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu - PR

Aline Patricia Figueiredo Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina-PI

Ana Alice Sales da Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - Uninassau, Maceió, AL

Denise Martins de lima

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário UDF de Brasília-DF

Giovanna Gamba Cerqueira

Graduanda em Medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP

Vitória Victor Menezes

Enfermeira pela Universidade Federal de Campina Grande

Nathalia Nunes Ferreira

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá- Unesa, Niterói,RJ

Maria Francisca de Aragão Mendes

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,Campina Grande-PB

Karina Brito da Costa Ogluari

Mestre em Enfermagem pelo PPGENF/UNB. Especialista em Docência em Enfermagem. Graduada em Enfermagem. Docente no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC, Gama – DF

RESUMO

Introdução: A violência obstétrica é reconhecida como grave violação dos direitos humanos das mulheres, refletindo desigualdades de gênero, racismo estrutural e práticas autoritárias nos serviços de saúde, especialmente no contexto do parto e nascimento. Essa forma de violência manifesta-se em negligências, imposição de procedimentos, falta de informação e desrespeito à autonomia da parturiente, acarretando impactos físicos, emocionais e sociais. **Objetivo:** Analisar as causas e implicações da violência obstétrica, destacando o papel da enfermagem obstétrica na promoção do cuidado humanizado e no combate dessa prática. **Metodologia:** A busca foi realizada nas bases LILACS, SciELO, BVS e PubMed, com os descritores “direitos da mulher”, “humanização da assistência” e “violência obstétrica”, selecionando estudos publicados entre 2020 e 2025. Foram inicialmente identificados 30 estudos, dos quais 15 compuseram a amostra final. **Resultados e Discussão:** Os resultados evidenciam que a violência obstétrica produz traumas duradouros, sendo frequentemente silenciada no cotidiano dos serviços de saúde. As estratégias de enfrentamento apontadas incluem a qualificação profissional, a valorização do parto humanizado, a efetivação das políticas públicas e o fortalecimento dos direitos reprodutivos. Ressalta-se ainda a importância da legislação como marco de proteção, embora sua eficácia dependa da fiscalização e do empoderamento das

mulheres. A enfermagem obstétrica, pela proximidade com a parturiente, ocupa posição estratégica na prevenção e combate à violência, atuando com acolhimento, educação, suporte emocional e defesa da autonomia feminina. **Considerações finais:** Conclui-se que combater a violência obstétrica exige ações interdisciplinares, sensibilização da sociedade e compromisso ético dos profissionais de saúde, sendo o cuidado humanizado e baseado em evidências o caminho essencial para transformar o parto em experiência segura, respeitosa e digna.

Palavras-Chaves: direitos da mulher; humanização da assistência; violência obstétrica.

ABSTRACT

Introduction: Obstetric violence is recognized as a serious violation of women's human rights, reflecting gender inequality, structural racism, and authoritarian practices within health services, particularly during childbirth. This form of violence is expressed through negligence, imposition of procedures, lack of information, and disregard for women's autonomy, generating physical, emotional, and social consequences. **Objective:** The search was carried out in LILACS, SciELO, BVS, and PubMed databases using the descriptors "women's rights," "humanized care," and "obstetric violence," selecting studies published between 2020 and 2025. A total of 30 studies were initially identified, and 15 were included in the final sample. **Methodology:** The search was carried out in LILACS, SciELO, BVS, and PubMed databases using the descriptors "women's rights," "humanized care," and "obstetric violence," selecting studies published between 2020 and 2025. A total of 30 studies were initially identified, and 15 were included in the final sample. **Results and Discussion:** Results indicate that obstetric violence causes long-term trauma and is often normalized within health services. Strategies to address the issue include professional training, promotion of humanized childbirth, implementation of public policies, and strengthening reproductive rights. Legislation is highlighted as a protective framework, although its effectiveness depends on enforcement and women's empowerment. Obstetric nursing plays a strategic role in preventing and combating obstetric violence by providing support, education, emotional care, and advocating for female autonomy. **Final Considerations:** It is concluded that eradicating obstetric violence requires interdisciplinary actions, social awareness, and ethical commitment from health professionals, with humanized and evidence-based care being essential to transform childbirth into a safe, respectful, and dignified experience.

Keywords: women's rights; humanization of assistance; obstetric violence.

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido historicamente naturalizada na assistência ao parto, a violência obstétrica caracteriza-se como uma grave violação dos direitos humanos das mulheres. Suas manifestações vão desde negligências e omissões até agressões físicas, verbais e psicológicas durante o pré-natal, parto e puerpério, refletindo práticas autoritárias e hierárquicas nos serviços de saúde (Fernandes e Oliveira; Silva, 2020). No Brasil, esse tipo de violência se insere em um contexto de desigualdade de gênero, racismo estrutural e medicalização excessiva do parto, afetando de forma desproporcional mulheres negras, pobres e com menor acesso à informação e ao cuidado humanizado (Barros; Freitas, 2025).

A violência obstétrica demanda uma abordagem interdisciplinar que considere políticas públicas, marcos legais e a escuta das mulheres. Estudos evidenciam impactos físicos e emocionais duradouros, comprometendo a maternidade e a relação com o corpo (Matos; Magalhães; Féres-Carneiro, 2021), além de sentimentos de impotência, humilhação e abandono, refletindo um modelo de atenção centrado no poder biomédico e na deslegitimação da autonomia feminina (Nunes *et al.*, 2020; Costa, 2022).

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação e a implementação de estratégias de enfrentamento e combate à violência obstétrica, com foco na qualificação da assistência, na formação ética e técnica dos profissionais de saúde e no fortalecimento dos direitos reprodutivos. O cuidado humanizado, por exemplo, vem sendo amplamente defendido como caminho essencial para prevenir práticas abusivas, valorizar a escuta e garantir o protagonismo das gestantes no processo de parto (Fonseca *et al.*, 2022; Bitu *et al.*, 2022).

A escolha desta temática se justifica por sua relevância atual e pela complexidade de fatores envolvidos, uma vez que o parto representa um momento de grande vulnerabilidade para a mulher. A falta de preparo de profissionais e acompanhantes, aliada aos constrangimentos vivenciados pelas gestantes, evidencia a ocorrência da violência obstétrica (Neres; Martins, 2021), refletindo desigualdades e falhas na assistência que comprometem a qualidade de vida materna. Torna-se, portanto, essencial identificar lacunas e fatores associados, promovendo formação crítica e maior disseminação de informações sobre o tema (Alves *et al.*, 2022).

Dessa forma, o presente estudo busca responder à seguinte pergunta norteadora: quais estratégias podem contribuir para o combate à violência obstétrica na assistência ao parto, a partir da atuação da enfermagem obstétrica? Como objetivo geral, propõe-se analisar as

causas e implicações da violência obstétrica, destacando o papel da enfermagem obstétrica na promoção de um cuidado humanizado e na erradicação dessa prática na assistência ao parto.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é analisar as causas e implicações da violência obstétrica na assistência ao parto, enfatizando estratégias que possam contribuir para a promoção de um cuidado humanizado e para o combate dessa prática.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH): “direitos da mulher”, “humanização da assistência” e “violência obstétrica”, combinados com os operadores booleanos *AND* e *OR* para refinamento da busca.

Os critérios de inclusão focaram em estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem de forma direta a atuação dos enfermeiros obstétricos no processo de cuidado durante o período perinatal. Mediante a aplicação desses critérios, foram selecionados 30 estudos para leitura completa. Após a leitura, foram excluídos 20 estudos devido à indisponibilidade do texto completo, temática distinta ou por não responderem ao objetivo da pesquisa. Assim, ao final da triagem, foram inseridos 15 estudos na amostra final da revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Produção científica sobre violência obstétrica (2020-2025).

Título do Artigo	Objetivo do Trabalho	Autores	Ano

Violência obstétrica no Brasil: panorama brasileiro da assistência ao parto	Analisar o panorama nacional da assistência ao parto com foco na ocorrência de violência obstétrica.	FERNANDES E OLIVEIRA, V. H.; SILVA, K. S.	2020
As faces da violência obstétrica no âmbito hospitalar	Identificar e discutir as diferentes manifestações da violência obstétrica em ambiente hospitalar.	JÚNIOR, A. M. F. <i>et al.</i>	2021
Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães	Investigar relatos de mães sobre experiências traumáticas relacionadas à violência obstétrica.	MATOS, M. G.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T.	2021
Entre o silêncio e a dor: a violência obstétrica no Brasil e seus	Analisar os impactos físicos e emocionais da violência	BARROS, A. B. F.; FREITAS, J. H.	2025

impactos	obstétrica no Brasil.		
Violência obstétrica e suas manifestações no cotidiano dos serviços de saúde	Descrever como a violência obstétrica se manifesta no cotidiano dos serviços de saúde.	COSTA, F. A.	2022
Violência obstétrica na visão de mulheres no parto e puerpério	Compreender a percepção das mulheres sobre a violência obstétrica no parto e puerpério.	NUNES, G. F. <i>O. et al.</i>	2020
Ventres livres: parto humanizado como medida de combate à violência obstétrica	Defender o parto humanizado como estratégia para combater a violência obstétrica.	BITU, N. T. R. <i>et al.</i>	2022

O combate à violência obstétrica como instrumento de desenvolvimento social	Discutir como o combate à violência obstétrica pode contribuir para o desenvolvimento social.	VERGARA, S. M.; FARIA, L. M.	2021
Prevenção da violência obstétrica no âmbito do cuidado humanizado	Apresentar estratégias para prevenir a violência obstétrica no contexto de cuidado humanizado.	FONSECA, G. C. D. <i>et al.</i>	2022
Strategies to prevent and reduce obstetric violence in Brazil	Revisar estratégias para prevenir e reduzir a violência obstétrica no Brasil.	AZEVEDO, R. A. F. <i>et al.</i>	2023
Direitos humanos e violência obstétrica: a importância da legislação	Ressaltar a importância da legislação para garantir dignidade às mulheres no	PEREIRA, T. L. S.; COSTA, K. S.	2024

	parto.		
Violência obstétrica: uma análise constitucional do tratamento dado à mulher	Analisar o tratamento constitucional dado à mulher no momento do parto.	NERES, P. M.; MARTINS, G. R.	2021
O papel das políticas públicas na prevenção e tratamento da violência obstétrica	Investigar o papel das políticas públicas na prevenção e no tratamento da violência obstétrica.	BATISTA, N. R. <i>et al.</i>	2025
Cuidados com a saúde da mulher, violência obstétrica: uma breve revisão sistemática	Revisar sistematicamente estudos sobre cuidados à saúde da mulher e violência obstétrica.	ALVES, S. J. S. S. <i>et al.</i>	2022

Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil	Analisar a percepção da enfermagem obstétrica sobre a violência obstétrica no Brasil.	SILVA, M. F.; Ó, T. A. L. F.; SILVA, E. A.	2023
--	---	--	------

Fonte: Autores (2025).

Primeiramente, os estudos analisados revelam que a violência obstétrica se manifesta de diversas formas, abrangendo desde a negligência e a omissão de cuidados até a imposição de procedimentos e a desconsideração da autonomia da mulher. Matos, Magalhães e Féres-Carneiro (2021) destacam o trauma no parto como um impacto duradouro nas mães, enquanto Barros e Freitas (2025) evidenciam efeitos emocionais e físicos frequentemente ocultos pelo estigma. Costa (2022) denuncia práticas desumanizadas nos serviços de saúde, e Nunes *et al.* (2020) reforçam a importância de maior sensibilidade e respeito dos profissionais durante o parto e puerpério.

Além disso, a literatura indica que práticas como a negação de analgesia, episiotomias sem consentimento e falta de informação são formas recorrentes de violência obstétrica, cuja prevenção está vinculada ao parto humanizado. Bitu *et al.* (2022) defendem o parto humanizado como estratégia eficaz para erradicar a violência, enquanto Vergara e Faria (2021) ressaltam seu papel no desenvolvimento social e na garantia dos direitos reprodutivos. Fonseca *et al.* (2022) destacam a importância da capacitação profissional e protocolos de cuidado humanizado, e Azevedo *et al.* (2023) apresentam estratégias de prevenção e redução da violência obstétrica no Brasil.

Nesse sentido, a importância da legislação e das políticas públicas na garantia da dignidade das mulheres durante o parto é um ponto crucial abordado em diversos estudos. Pereira e Costa (2024) ressaltam a importância dos direitos humanos e de leis específicas para combater a violência obstétrica, enquanto Neres e Martins (2021) destacam que essa prática viola princípios constitucionais. Batista *et al.* (2025) enfatizam a necessidade de políticas públicas eficazes, sendo que a criação de marcos legais, o acesso à informação, o

consentimento informado e o direito a um parto respeitoso são pilares essenciais para sua erradicação.

Do mesmo modo, a atuação da enfermagem é um pilar fundamental na promoção de um parto respeitoso e na prevenção da violência obstétrica, conforme evidenciado nos estudos. Alves *et al.* (2022) realizam uma revisão sistemática sobre os cuidados com a saúde da mulher e a violência obstétrica, destacando o papel crucial dos enfermeiros na identificação e intervenção em situações de risco. Silva *et al.* (2023) aprofundam a perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil, ressaltando a importância da formação humanizada e da autonomia profissional para garantir um atendimento de qualidade e livre de violência.

Assim, a enfermagem, por estar na linha de frente do cuidado, possui um papel estratégico na educação das gestantes, no acolhimento e no suporte emocional, além de ser responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos das mulheres durante o processo de parto. A capacitação contínua e o reconhecimento da importância da enfermagem obstétrica são essenciais para a erradicação da violência obstétrica.

Portanto, o combate desse problema exige uma abordagem multidisciplinar que contemple os aspectos legais, psicológicos e a atuação dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem. A interconexão entre esses pilares é evidente: a legislação, por exemplo, fornece o arcabouço para a proteção dos direitos das mulheres, mas sua efetividade depende da conscientização e da atuação ética dos profissionais de saúde, que, por sua vez, impactam diretamente o bem-estar psicológico das parturientes.

No que se refere aos aspectos legais e à proteção dos direitos, os estudos de Pereira e Costa (2024) e Neres e Martins (2021) sublinham a importância da legislação como ferramenta para combater a violência obstétrica. A existência de leis que criminalizam certas práticas e garantem os direitos das gestantes e parturientes é um avanço significativo. No entanto, a mera existência da lei não garante sua aplicação efetiva.

Em relação aos impactos psicológicos e ao trauma do parto, conforme abordado por Matos *et al.* (2021) e Barros e Freitas (2025), este é uma das consequências mais devastadoras da violência obstétrica. A experiência de um parto violento pode levar a transtornos de estresse pós-traumático, depressão pós-parto, dificuldades no vínculo com o bebê e até mesmo o medo de futuras gestações. A discussão ressalta a necessidade de uma abordagem

mais humanizada no parto, que considere não apenas os aspectos físicos, mas também o bem-estar emocional da mulher.

Logo, o acolhimento, a escuta ativa e o respeito às escolhas da mulher são fundamentais para prevenir traumas e garantir uma experiência positiva no parto. A capacitação profissional, o suporte psicológico e os grupos de apoio contribuem para a recuperação das mulheres que sofreram violência obstétrica, evidenciando a necessidade de um novo paradigma na assistência, centrado na dignidade e autonomia feminina.

Por fim, o papel central da enfermagem na prevenção e combate à violência obstétrica, como evidenciado por Alves *et al.* (2022) e Silva *et al.* (2023), demonstra que essa categoria profissional desempenha função essencial. A proximidade com a parturiente, desde o pré-natal até o pós-parto, confere à equipe de enfermagem uma posição privilegiada para identificar sinais de violência, oferecer suporte e promover um ambiente de cuidado respeitoso.

Assim sendo, a discussão evidencia a importância de fortalecer a formação dos enfermeiros com foco em práticas humanizadas, comunicação não violenta e respeito à autonomia da mulher. Destaca-se a relevância da educação continuada e da valorização da enfermagem para transformar a assistência ao parto, promovendo o protagonismo feminino, a mediação de conflitos e a erradicação da violência obstétrica por meio da empatia, observação e conhecimento técnico-científico (Alves *et al.*,2022; Silva *et al.*,2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a violência obstétrica configura-se como uma grave violação dos direitos humanos, refletindo desigualdades de gênero, racismo estrutural e práticas autoritárias ainda presentes na assistência ao parto no Brasil. Mais do que um problema institucional, trata-se de uma questão ética, social e de saúde pública, cujas implicações afetam profundamente a integridade física e emocional das mulheres.

Os estudos analisados reforçam a importância da atuação da enfermagem obstétrica como agente transformador, capaz de promover um cuidado humanizado, respeitoso e centrado na autonomia da mulher. A valorização dessa prática exige investimento contínuo

em formação ética, capacitação técnica e reconhecimento do papel estratégico dos profissionais de enfermagem na prevenção e no enfrentamento da violência.

Combater a violência obstétrica demanda não apenas políticas públicas eficazes e marcos legais consistentes, mas também a conscientização da sociedade e o compromisso dos profissionais de saúde com a dignidade e os direitos reprodutivos das mulheres. Somente por meio de um cuidado integral, acolhedor e baseado em evidências será possível transformar a experiência do parto em um momento seguro, respeitoso e verdadeiramente humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. J. S. S. *et al.* Cuidados com a saúde da mulher, violência obstétrica: uma breve revisão sistemática. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 64–76, 2022. Disponível em: <https://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/429>. Acesso em: 21 jul. 2025.

AZEVEDO, R. A. F. *et al.* Strategies to prevent and reduce obstetric violence in Brazil: An integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 11, p. e80121143730, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i11.43730. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/43730>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BATISTA, N. R. *et al.* O papel das políticas públicas na prevenção e tratamento da violência obstétrica. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 49–61, 2025. DOI: 10.71248/cvr3dj65. Disponível em: <https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/61>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BARROS, A. B. F.; FREITAS, J. H. Entre o silêncio e a dor: a violência obstétrica no brasil e seus impactos. **Revista Novos Desafios**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 241–254, 2025. Disponível em: <https://novosdesafios.inf.br/index.php/revista/article/view/148>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BITU, N. T. R. *et al.* Ventres livres: parto humanizado como medida de combate à violência obstétrica. **Amadeus International Multidisciplinary Journal**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 73–85, 2022. DOI: 10.14295/aimj.v6i12.178. Disponível em: <https://amadeusjournal.emnuvens.com.br/amadeus/article/view/178>. Acesso em: 21 jul. 2025.

COSTA, F A. Violência obstétrica e suas manifestações no cotidiano dos serviços de saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 355–366, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i9.6878. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6878>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FERNANDES E OLIVEIRA, V. H.; SILVA, K. S. Violência obstétrica no Brasil: panorama brasileiro da assistência ao parto. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 16, 2020. Disponível em: <https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/128>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FONSECA, G. C. D. *et al.* Prevenção da violência obstétrica no âmbito do cuidado humanizado / Prevention of obstetric violence in the context of humanized care. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 8198–8209, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n3-015. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/47399>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PEREIRA, T. L. S.; COSTA, K. S. Direitos humanos e violência obstétrica: a importância da legislação para garantir dignidade às mulheres. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 10, n. 50, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/74>. Acesso em: 21 jul. 2025.

JÚNIOR, A. M. F. *et al.* As faces da violência obstétrica no âmbito hospitalar. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [S. l.], v. 23, p. e7043, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/7043>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MATOS, M. G.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 41, e219616, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003219616. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XSKSP8vMRV6zzMSfqY4zL9v/>. Acesso em: 21 jul. 2025

NERES, P. M.; MARTINS, G. R. Violência obstétrica: uma análise constitucional do tratamento dado à mulher no momento do parto. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 29, 2021. DOI: 10.31994/rvs.v12i2.713. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/713>. Acesso em: 21 jul. 2025.

NUNES, G. F. O. *et al.* Violência obstétrica na visão de mulheres no parto e puerpério. **Revista Perspectivas Online: Biológicas & Saúde**, [S. l.], v. 10, n. 35, p. 12–29, 2020. DOI: 10.25242/8868103520202086. Disponível em: https://www.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/view/2086. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVA, M. F.; Ó, T. A. L. F.; SILVA, E. A. Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 3210–3224, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n1-250. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/57186>. Acesso em: 21 jul. 2025

VERGARA, S. M.; FARIA, L. M. O combate à violência obstétrica como instrumento de desenvolvimento social. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 63–85, 2021. DOI: 10.29327/2193997.3.3-5. Disponível em: <https://revista.defensoria.df.gov.br/index.php/revista/article/view/141>. Acesso em: 21 jul. 2025.